

**Rodrigo Gismondi**

# **PROCESSO CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO & MEDIDAS ESTRUTURANTES**

**DA EXECUÇÃO NEGOCIADA  
À INTERVENÇÃO JUDICIAL**

Curitiba  
Juruá Editora  
2018

---

Visite nossos *sites* na Internet

*www.jurua.com.br* e

*www.editorialjurua.com*

e-mail: *editora@jurua.com.br*

---

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Jurua Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

**ISBN: 978-85-362-7991-6**



**Brasil** – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900  
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil

**Europa** – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –  
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

**Editor:** José Ernani de Carvalho Pacheco

---

Gismondi, Rodrigo.

G534      Processo civil de interesse público & medidas estruturantes: da execução negociada à intervenção judicial./ Rodrigo Gismondi./ Curitiba: Jurua, 2018.  
322p.

1. Processo civil. 2. Interesse público. 3. Intervenção (Processo civil). I. Título.

CDD 347 (22.ed)

CDU 347.9

0000012

1425404

# SUMÁRIO

---

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
<b>1 PROCESSO CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO .....</b>	<b>19</b>
1.1 BASES PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO E DAS MEDIDAS ESTRUTURANTES.....	19
1.1.1 Processo como Fenômeno Sociocultural .....	19
1.1.2 Processo como Instrumento de Concretização de Valores Constitucionais .....	21
1.1.3 Judicialização e Ativismo Judicial .....	28
1.1.4 Participação Democrática, Cooperação e Diálogo .....	41
1.1.5 Efetividade Processual .....	44
1.2 INADEQUAÇÃO DO MODELO INDIVIDUALISTA E TRADICIONAL DO PROCESSO CIVIL FRENTE AOS NOVOS DIREITOS E À SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA .....	46
1.3 O DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO .....	54
1.4 A ADAPTAÇÃO DO CONCEITO DE PROCESSO CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO AO <i>CIVIL LAW</i> , EM ESPECIAL AO DIREITO BRASILEIRO .....	58
1.5 PRINCIPAIS ASPECTOS DOS PROCESSOS CIVIS DE INTERESSE PÚBLICO .....	79
1.5.1 A Estrutura Subjetiva Policêntrica: para Além das Bipolaridades Autor/Réu e Vencedor/Perdedor .....	82
1.5.2 A Cognição nos Processos Cíveis de Interesse Público.....	87
1.5.2.1 Prestígio à cognição exauriente.....	88

1.5.2.2	Adaptação dos elementos objetivos da demanda às peculiaridades da relação jurídica de direito material .....	90
1.5.2.3	Prestígio ao diálogo, contraditório, colaboração e pluralização dos debates .....	95
1.5.2.4	Intensa utilização de meios probatórios atípicos ....	101
1.5.2.5	Postura ativa do magistrado .....	103
1.5.3	A Fase Satisfativa do Processo Civil de Interesse Público.....	105
<b>2</b>	<b>A EFETIVAÇÃO DE DECISÕES CONDENATÓRIAS PRESTAÇÕES DE FAZER COMPLEXAS NOS PROCESSOS CIVIS DE INTERESSE PÚBLICO.....</b>	<b>107</b>
2.1	A SUPERAÇÃO DE DOGMAS LIBERAIS COMO PREMISA PARA A EFETIVAÇÃO DE DECISÕES CONDENATÓRIAS A UM FAZER.....	108
2.2	ATIVIDADE SATISFATIVA COMO ELEMENTO DO ACESSO À ORDEM JURÍDICA JUSTA.....	114
2.3	A IMPORTÂNCIA DAS PRESTAÇÕES DE FAZER COMPLEXAS NOS PROCESSOS CIVIS DE INTERESSE PÚBLICO .....	120
2.4	O MODELO TRADICIONAL DE EFETIVAÇÃO DAS PRESTAÇÕES DE FAZER NOS PROCESSOS CIVIS DE INTERESSE PÚBLICO .....	126
2.4.1	O Regramento do Microssistema Processual Coletivo e o CPC/2015 .....	126
2.4.2	Primazia da Tutela Específica ou do Resultado Prático Equivalente .....	131
2.4.3	Os Meios de Efetivação das Prestações de Fazer .....	135
2.4.3.1	Meios coercitivos e a execução indireta.....	147
2.4.3.2	Meios sub-rogatórios e a execução direta .....	160
2.4.3.3	Punições por descumprimento .....	168
2.5	DEFICIÊNCIAS DO MODELO TRADICIONAL DE EFETIVAÇÃO .....	179
2.5.1	A Excessiva Concentração de Atividades na Figura do Magistrado.....	180
2.5.2	Atividade Executiva Diferenciada: o Cumprimento Prolongado e os Incidentes Cognitivos na Execução.....	185

2.5.3 Inadequação ou Inefetividade dos Meios Tradicionais de Efe- tivação .....	187
--	-----

<b>3 MEDIDAS ESTRUTURANTES NOS PROCESSOS CIVIS DE IN- TERESSE PÚBLICO .....</b>	<b>199</b>
3.1 AS DECISÕES JUDICIAIS NOS PROCESSOS CIVIS DE INTE- RESSE PÚBLICO .....	199
3.2 CONSENSUALIDADE E ACORDOS PROCESSUAIS NA EXE- CUÇÃO .....	210
3.3 CONTRADITÓRIO E COOPERAÇÃO NA EXECUÇÃO: A EXE- CUÇÃO NEGOCIADA .....	218
3.4 A EXECUÇÃO-SANÇÃO COMO <i>ULTIMA RATIO</i> .....	229
3.5 AS MEDIDAS ESTRUTURANTES .....	229
3.5.1 Conceito .....	230
3.5.2 A Influência do Direito Norte-Americano .....	233
3.5.3 Âmbito de Aplicação .....	241
3.5.4 A Atuação Específica do Magistrado e a Mitigação de Parâ- metros Tradicionais .....	250
3.6 A INTERVENÇÃO JUDICIAL .....	255
3.6.1 A Intervenção Fiscalizatória .....	258
3.6.2 A Intervenção Cogestora .....	259
3.6.3 A Intervenção Substitutiva (Propriamente Dita) .....	260
3.6.4 Fundamento Normativo da Intervenção Judicial .....	262
3.6.5 Requisitos para a Decretação da Intervenção Judicial .....	264
3.6.6 Regime Jurídico Interventivo .....	270
3.6.7 Intervenção Judicial e Poder Público .....	280
3.7 CRÍTICAS ÀS MEDIDAS ESTRUTURANTES .....	289
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>293</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>297</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO .....</b>	<b>311</b>